



Processo Seletivo dos Membros do Conselho Tutelar de Florianópolis

Gestão 2016/2020

Julho 2015

LINGUA PORTUGUESA

Leia com atenção o texto a seguir:

Uma ilha chamada livro

Conheci um naufrago. Seu nome era José.

Foi ele próprio quem me contou sua história. Um dia, seus navios afundaram ou foram queimados, não sei. Algo aconteceu. Ele não me explicou bem, apenas olhou para baixo nessa hora, parecendo um pouco envergonhado enquanto contava, e se calou. Fiquei sem saber o que houve. Mas não importa, sei o essencial: um dia José se viu no inferno.

Talvez nesse dia, como no poema, José se tenha perguntado _ e agora? Perdido naquele mar revolto, na noite escura, nadou e nadou, no peito um aperto, uma dor aguda, uma sensação de morte. O que faria? Precisava encontrar alguma coisa que o salvasse, que o erguesse das águas e o levasse para longe dali. Sair do próprio corpo, viajar, voar, esquecer. E foi assim que José descobriu sua tábua de salvação, um remédio, uma lâmpada. Uma ilha. Foi nela que ancorou. Uma ilha chamada livro.

Estávamos juntos, atrás das grades, enquanto ele me contava. Atrás das grades, eu disse. Essa expressão, tão desgastada, virou clichê, perdeu a força. Ninguém pode supor o que é se não for até lá. Todos nós deveríamos ir um dia _ ao menos um, em toda a vida _ visitar um presídio. Eu fui. E foi lá que encontrei José, o naufrago.

Ele sorria, sereno, enquanto me contava sua história. José foi condenado a vinte anos de prisão. Bateu um desespero, precisava fazer alguma coisa, disse. E foi assim, por puro horror, que abriu um livro. Antes, lia mal, quase nada, juntava uma palavra a outra com dificuldade. E foi com dificuldade que começou, atravessando as primeiras páginas ainda como se nadasse. Não sei que livro foi, isto ele tampouco me contou. Mas sei que uma centelha brilhou e José foi em frente, atraído por aquele farol. Leu, leu e leu. Leu tanto que quis dividir a sensação com os outros, e passou a emprestar livros, a andar pelos corredores de cela em cela com um carrinho cheio deles. O homem-livro, o homem-biblioteca.

Perguntei por quê. José explicou. Disse que ele próprio no princípio não compreendia bem. Até que um dia leu num livro a fala de uma personagem, uma mulher. Era tiranizada pelo marido, sofria em silêncio. Mas tinha um segredo: escrevia poemas em pensamento. E, na história, a mulher cantarolava baixinho um trecho da ópera *Nabuco*, cuja letra queria dizer; “Voa, pensamento, em tua asa dourada, que a ti não há rei ou algoz que possa acorrentar.”

E José compreendeu. Para ele, chegar ao livro, sua ilha, foi mais do que encontrar distração, um meio de passar tempo. Ler foi sua libertação.

(SEIXAS, Heloisa. *Uma ilha chamada livro: contos mínimos sobre ler, escrever e contar*. Rio de Janeiro: Galera Record, 2009, p. 37-39)

Após ter feito a leitura do conto *Uma ilha chamada livro*, de Heloisa Seixas, responda às questões 01 (um) a 07 (sete).

QUESTÃO 01 - No conto, quem é José?

- a) Um presidiário que encontrou no livro mais do que distração. Para ele, ler foi sua libertação.
- b) Um emigrante que odiava livros de todos os tipos.
- c) Um mercador que perdeu seus navios em um incêndio.
- d) Um presidiário que nunca quis ler um livro sequer.

QUESTÃO 02 - Na passagem: “Fiquei sem saber o que houve. Mas não importa, sei o essencial: um dia José se viu no inferno”, o narrador demonstra que:

- a) Sabe que, um dia, José sonhou que estava no inferno.
- b) Conhece toda a história de José, até mesmo que ele morreu e foi para o inferno.
- c) Sabe o principal sobre José, que ele passou por um momento muito difícil na vida.
- d) Não se importa com o que houve com José, mas sabe que ele passou dificuldades.

QUESTÃO 03 - Marque a alternativa correta, considerando estas duas passagens do conto: “Perdido naquele mar revolto, na noite escura, nadou e nadou”...“E foi com dificuldade que começou, atravessando as primeiras páginas ainda como se nadasse.”

- I. A leitura de um livro é muito difícil para qualquer pessoa, mesmo que saiba ler.
- II. O termo “nadou” foi empregado no sentido de lutar para sair de uma situação difícil.
- III. A expressão “perdido naquele mar revolto” remete à ideia de estar em meio a uma grande dificuldade.
- IV. O personagem começou ler as primeiras páginas com muita dificuldade.

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) As afirmativas II, III e IV estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 04 - Em: “José foi condenado a vinte anos de prisão. Bateu um desespero, precisava fazer alguma coisa, disse. E foi assim, por puro horror, que abriu um livro. Antes, lia mal, quase nada, juntava uma palavra a outra com dificuldade.”, é correto afirmar que:

- a) Por horror a ser castigado, José abriu um livro e leu palavra por palavra dele, sem muita dificuldade.
- b) Sem saber juntar uma palavra a outra, José não soube ler nem um livro, em vinte anos de prisão.
- c) Ao saber que iria passar vinte anos na prisão, José sentiu necessidade de fazer alguma coisa. Então abriu um livro.
- d) José tinha horror à leitura antes e depois de ir para a prisão.

QUESTÃO 05 - A respeito dos verbos sublinhados no penúltimo parágrafo: compreendia, sofria, tinha e escrevia, marque a alternativa correta:

- I. O sujeito de “compreendia” é o pronome “ele” que se refere a José.
- II. Os verbos “sofria, tinha e escrevia” concordam com “uma personagem, uma mulher”, por isso, apresentam-se na terceira pessoa do singular.
- III. Os quatro verbos estão flexionados no Pretérito Imperfeito do Modo Indicativo.
- IV. O “sujeito do verbo “sofria” é “marido”.

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 06 - Considerando o quarto parágrafo do conto, marque a alternativa correta:

- I. A palavra “das” é uma contração da preposição “de” com o artigo feminino plural “as”: de + as = das.
- II. A palavra “enquanto” quer dizer “durante o tempo que”.
- III. O advérbio de lugar “lá” refere-se primeiro a “grades”, depois a “presídio”.
- IV. “Em “ao menos um”, o que está implícito é “ao menos 01 (um) dia”.

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 07 - Os pronomes “me” e “se”, destacados no segundo parágrafo do texto, referem-se respectivamente:

- a) Ao personagem principal e ao contador da história.
- b) Ao narrador do conto e a José.
- c) Ao leitor e ao autor do texto.
- d) À autora do conto e ao narrador.

QUESTÃO 08 - O texto a seguir é reprodução de parte de um Ofício do Ministério Público Federal (MPF), enviado ao Secretário Municipal da Educação de Florianópolis. Leia-o com atenção, para responder à questão dada.

PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Florianópolis, XX de XXXXXX de 201X.

Ilustríssimo Senhor
XXXXXXXXXXXX
MD Secretário Municipal de Educação
Rua
CEP: – Florianópolis – SC

Assunto: Requisição.....

Senhor Secretário,

Cumprimentando-o, faço menção ao Inquérito Civil em epígrafe, versando sobre a adesão do Município de Florianópolis aos programas do Ministério da Educação para a educação inclusiva, para solicitar a Vossa Senhoria que informe

Sobre o texto, é correto afirmar:

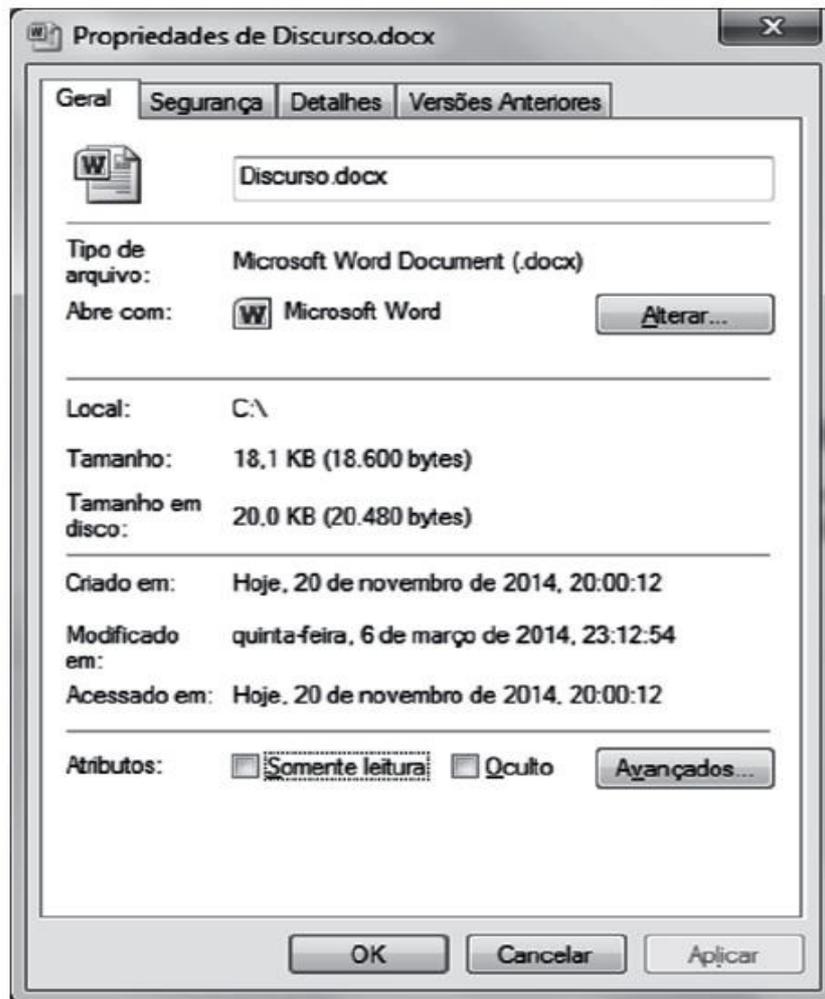
- I. O vocativo “Senhor”, seguido do respectivo cargo _ “Secretário”, foi adequadamente empregado, já que “Excelentíssimo Senhor” só se emprega para os Chefes de Poder.
- II. As palavras “Inquérito” e “Florianópolis” seguem a mesma regra de acentuação gráfica, ou seja, são proparoxítonas.
- III. No lugar do pronome de tratamento “Vossa Senhoria”, deveria ter sido empregado “Sua Senhoria”.
- IV. O complemento nominal da palavra “menção” é: “aos programas do Ministério da Educação”.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa III está correta.
- c) Apenas a afirmativa IV está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Questão 09 - O Conselheiro Tutelar elaborou um relatório com o MS Word e o salvou em uma pasta do sistema de arquivos de uma instalação padrão do Microsoft Windows 7 em português. Ao precisar acessar o documento posteriormente, posicionou o mouse sobre o arquivo, fez um clique com o botão direito e selecionou a opção propriedades, fazendo com que uma janela contendo as propriedades desse arquivo fosse aberta, como mostra a Figura a seguir.



Após a janela ter sido aberta, o Conselheiro Tutelar marcou a opção Somente leitura. A escolha dessa opção:

- a) fará com que o arquivo só possa ser aberto mediante o fornecimento de uma senha.
- b) fará com que o arquivo só possa ser alterado mediante o fornecimento de uma senha.
- c) não impedirá que o arquivo seja enviado para a lixeira (deletado).
- d) não permitirá que o arquivo seja anexado a um e-mail.

Questão 10 - Ao se instalar de forma completa o pacote Microsoft Office 2003, em um microcomputador que esteja executando o sistema operacional Windows, uma das extensões de arquivos que ficará associada ao programa Excel será:

- a).doc;
- b).pps;
- c).exc;
- d).xls;

Questão 11 - Para que um conselheiro tutelar altere a cor de um texto selecionado em uma página específica, neste caso no MS Word 2003, ele deverá deve formatar...

- a) Fonte
- b) Parágrafo
- c) Bordas e sombreamentos
- d) Configuração de página

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS SOBRE – ECA (LEI Nº 8.069/90)

Questão 12 - No Brasil, foram estabelecidas regras e leis, voltadas para proteger a infância e a adolescência das diferentes formas de violência; proteção esta entendida como um compromisso de toda a sociedade.

Qual é a Lei mais importante para salvaguardar os direitos da infância?

- a) O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº 8.069/90.
- b) O Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/03.
- c) A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96.
- d) A Constituição da República Federativa do Brasil, Lei de 1988.

Questão 13 - Visando a salvaguardar a infância e a adolescência, no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, está os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes. No texto da Lei está claro que “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (ECA, 1990).

A garantia de prioridade compreende os seguintes direitos:

- I) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- II) Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- III) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- IV) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) As afirmativas I e II estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 14 - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (ECA, 1990). Assim, por exemplo, uma denúncia de maus tratos a uma criança que chegue ao Conselho Tutelar, deverá ser investigada por seus agentes. Confirmada a Denúncia, os pais ou responsáveis deverão ser convocados para cumprirem seus deveres de assistir, criar e educar seu filho, mediante termo de responsabilidade. Caso os pais reiteradamente descumpram tais deveres, colocando o filho em situação de risco, deverá o Conselho Tutelar agir no interesse da criança em questão, tomando uma ou mais medidas protetivas.

De acordo com o ECA, quais as medidas protetivas aplicáveis em caso de omissão?

- a) Encaminhamento da criança a um abrigo para que cesse o risco a que estava exposta tal criança.
- b) Manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.
- c) Encaminhar, de imediato a criança, para uma família substituta.
- d) Não é dever velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano.

Questão 15 - É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (ECA, 1990).

Segundo o ECA, são direitos da criança e do adolescente:

- I) Serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante.
- II) Respeito que consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente.
- III) Saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura...
- IV) Estabelece que é dever, apenas da família, assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida.

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 16 - Leia o texto a seguir:



Jornal do Brasil, Correio do Povo (RS), Pasquim

Esse texto remete à discussão sobre a maioridade penal. A respeito deste tema o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) Considera penalmente inimputável os menores de 18 anos.
- b) Institui a responsabilidade penal a partir dos 15 anos.
- c) Institui responsabilidade penal a partir de 12 anos.
- d) Institui a responsabilidade penal a partir dos 21 anos.

Questão 17 - O Conselho Tutelar é uma das entidades públicas competentes para salvaguardar os direitos das crianças e dos adolescentes nas hipóteses em que haja desrespeito, inclusive com relação aos pais e aos responsáveis por eles, bem como aos direitos e deveres previstos na legislação do ECA e na Constituição.

São deveres dos Conselheiros Tutelares:

- I) Atender crianças e adolescentes e aplicar medidas de proteção;
- II) Atender aos pais ou responsável e aconselhá-los, aplicar medidas pertinentes previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- III) Promover a execução de suas próprias decisões, podendo requisitar serviços públicos e entrar na Justiça quando alguém, injustificadamente, descumpri-las;
- IV) Tomar providências para que sejam cumpridas as medidas socioeducativas, aplicadas pela Justiça a adolescentes infratores.

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 18 - O Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigo 36, estabelece que a tutela seja deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até:

- a) 12 anos incompletos.
- b) 14 anos incompletos.
- c) 16 anos incompletos.
- d) 18 anos incompletos.

Questão 19 - Acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), assinale a opção correta:

- a) O Estado deve assegurar o acesso de crianças e adolescentes aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.
- b) Os diretores das Unidades de Ensino devem comunicar os conselhos tutelares os casos de estudantes com 75% de presença, para que tomem conhecimento e acompanhem a vida escolar dessas crianças e adolescentes.
- c) O Estado deve assegurar atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede especial de ensino.
- d) Nenhuma das opções.

Questão 20 - No Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 208, apresentam-se as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular de serviços indispensáveis ao bem estar dos menores.

Segundo o ECA, são direitos da criança e do adolescente:

- I - Ensino obrigatório;
- II- Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a oito anos de idade;
- III – Acesso a programas suplementares de oferta de material didático-escolar, transporte e assistência à saúde do educando do ensino fundamental;
- IV - Serviço de assistência social visando à proteção à família, à maternidade, à infância e à adolescência, bem como ao amparo às crianças e adolescentes que dele necessitem.

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.

Questão 21 - Leia o texto abaixo:



Esse texto apresenta imagens que remetem à discussão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente no que se refere aos seguintes direitos:

- Opinião e expressão.
- Crença e culto religioso.
- Brincar, praticar esportes e divertir-se.
- Participar da vida familiar e comunitária.

Questão 22 - Em relação ao Conselho Tutelar do Município de Florianópolis é correto afirmar:

- O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade da Assistência Social do Município.
- As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha interesse legítimo, uma vez por ano.
- O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional sempre que o Ministério Público exigir.
- No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é permitido ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar bem ou vantagem ao eleitor para se eleger.

Questão 23 - De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 56, “os dirigentes de estabelecimentos de Ensino Fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar”, os casos de:

- Maus-tratos envolvendo seus alunos, reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar e elevados níveis de repetência.
- Elevados níveis de repetência e ausência dos pais em uma das reuniões escolares.
- Apenas a reiteração de faltas injustificadas, pois a evasão escolar não deve ser comunicada ao Conselho.
- Apenas os maus-tratos envolvendo seus alunos, pois os outros fatos de negligência não afetam o menor.

Questão 24 - Referente ao Direito à Educação, o Art. 53, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina que: “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”, assegurando-se-lhes:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e direito de ser respeitado por seus educadores;
- II – Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- III – Direito de organização e participação em entidades estudantis;
- IV - Acesso à escola privada mais próxima de sua residência.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 25 - Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) - Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente:

- a) Podem ser comunicados ao Conselho Tutelar caso a criança tenha idade inferior a 6 anos.
- b) Serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.
- c) Serão comunicados ao Conselho Tutelar apenas os casos de abandono de incapaz.
- d) Não precisam ser comunicados ao Conselho Tutelar, pois a responsabilidade pelas crianças é apenas da família.

Questão 26 – Segundo o ECA, Art. 247, “divulgar, por qualquer meio de comunicação, os documentos de criança ou adolescente a que se atribua Ato Infracional é considerada uma infração administrativa”.

Esse tipo de infração é passível de:

- a) Multa.
- b) Reclusão de 3 (três) a 6 (seis) anos.
- c) Reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa.
- d) Advertência verbal.

Questão 27 - A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o direito à liberdade compreende:

- a) Agir da maneira que bem entender, mesmo que a sua atitude viole o direito dos outros.
- b) Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais.
- c) Ter acesso a qualquer espaço público ou privado, a qualquer horário.
- d) Dar sua opinião e expressão, apenas no seio familiar.

Questão 28 - Leia o texto abaixo:



www.vercompalavras.com.br

Com base no Art. 54, do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), assinale a opção que retrata o direito representado na imagem acima:

- a) Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- b) Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.
- c) Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- d) Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.

Questão 29 - De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assinale a alternativa que contempla as afirmações corretas:

I) Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes;

II) A reintegração de criança ou adolescente a sua família será efetivada apenas quando a família tiver condições financeiras favoráveis, garantindo o seu acesso à escola particular, a sua participação em programas de lazer como teatro, cinema, cursos extracurriculares e mostras culturais;

III) Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação;

IV) O poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência.

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 30 - A Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990) vedam o trabalho ao menor de 16 anos. Porém, permitem que a pessoa maior de 14 anos de idade exerça o trabalho na condição de aprendiz.

Segundo o ECA, em seu Art. 60, no trabalho como aprendiz o menor pode:

- a) Realizar qualquer tipo de trabalho, desde que seja até as 24 horas.
- b) Realizar trabalho em local insalubre, desde que devidamente autorizado pelos pais ou responsáveis.
- c) Trabalhar em horários e locais, de acordo com a legislação vigente, desde que garantida a sua frequência na escola.
- d) Realizar trabalho em local salubre, desde que não recebem remuneração.

Questão 31 - O Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que “as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados”.

São necessárias as medidas de proteção, por:

- I) Ação ou omissão da sociedade;
- II) Ação ou omissão do Estado;
- III) Falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis;
- IV) Em razão da má conduta do menor.

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, II, e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 32 - Tendo em vista a possibilidade de aplicação de medidas de proteção às crianças e aos adolescentes, em caso de ameaça ou violação dos direitos reconhecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Art. 101 desta legislação prevê:

- a) Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente.
- b) Perda da matrícula no estabelecimento de ensino fundamental.
- c) Encaminhamento para estabelecimento prisional mantido pelo poder público.
- d) Transferência da criança ou adolescente para a residência de vizinhos.

Questão 33 - No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Art. 103 e 104, estão previstas as condutas que são consideradas Ato Infracional.

Segundo a Lei, Ato Infracional é uma conduta:

- a) Descrita como crime ou contravenção penal praticada por menores de dezoito anos.
- b) De desobediência aos pais praticada por menores de dezoito anos.
- c) Passível de medidas corretivas idênticas às aplicadas aos maiores de dezoito anos.
- d) Não descrita no ECA, praticada por menores de dezoito anos.

Questão 34 - Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no capítulo III, que trata das garantias processuais - Art. 110 e 111, nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal.

São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias:

- I) Pleno e formal conhecimento da atribuição de Ato Infracional, mediante citação ou meio equivalente;
- II) Assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei;
- III) Direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento;
- IV) Direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 35 - Tendo em vista os direitos individuais garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o menor só pode ser privado de sua liberdade em flagrante de Ato Infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente (artigo 106 do ECA).

Quando o adolescente for apreendido, compete à autoridade judiciária:

- a) Comunicar prontamente a sua família ou pessoa por ele indicada (artigo 107 do ECA).
- b) Chamar um advogado particular, pois esse papel não pode ser exercido pelo defensor público, que presta assistência jurídica gratuitamente (artigo 111 do ECA).
- c) Assinar um termo de compromisso se responsabilizando pela apresentação do menor, ao representante do Ministério Público e então levá-lo para casa. (artigo 174 do ECA) .
- d) Denunciar o Ato Infracional diretamente ao Conselheiro Tutelar (artigo 112 do ECA).

